



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO E
DESENVOLVIMENTO RURAL**

REQUERIMENTO Nº DE 2019

Sr. Heitor Schuch

Requeiro a realização de Audiência Pública para debater sobre a produção e comercialização de leite no país, em especial sobre as Instruções Normativas 76 e 77 de 2018 do MAPA.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, a realização de Audiência Pública para debater sobre a produção e comercialização de leite no país, em especial sobre as Instruções Normativas 76 e 77 de 2018 do MAPA. Para tanto, sugerimos que sejam convidados a comparecer a esta audiência pública os seguintes convidados:

- Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, Ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento;
- Aristides Veras dos Santos, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG;
- Representante do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – CAMEX;
- Alexandre Guerra, Presidente Sindicato da Indústria de Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Rio Grande do Sul – SINDILAT.

Justificativa

Em novembro de 2018, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) fixou novas regras para a produção de leite no país, especificando os padrões de identidade e qualidade do leite cru refrigerado, do pasteurizado e do tipo A.

As mudanças foram publicadas na edição do dia 30 de novembro de 2018, no Diário Oficial da União, nas Instruções Normativas (INs) 76, e, na 77. Na IN 78, que entram



CÂMARA DOS DEPUTADOS

em vigor no mês de maio de 2019 (180 dias após a publicação), quando serão revogadas as instruções 51/2002, 22/2009, 62/2011, 07/2016 e 31/2018.

As normas sobre produção e industrialização do setor lácteo, instituídas pelas instruções normativas (INs) 76 e 77, estão preocupando representantes da cadeia produtiva do leite. Produtores temem ser se forçados a sair do mercado em pouco tempo, caso não se adaptem às exigências, o que criaria mais um problema social num país

O leite é uma das principais cadeias produtivas do país, segundo dados preliminares do Censo Agropecuário 2017 do IBGE, são 1,17 milhões de famílias rurais diretamente envolvidas na atividade. Com base no Censo de 1996 eram 1,85 milhões de famílias, ou seja, em pouco mais de 20 anos, 680 mil produtores deixaram da atividade, na sua grande maioria agricultores familiares.

O mercado do leite tem se tornado cada vez mais seletivo promovendo um processo de exclusão, principalmente dos agricultores familiares, afetando a renda de milhares de famílias que vivem da atividade. Diversos são os fatores que afetam este público, como: falta de recursos públicos para assistência técnica, concentração em poucas empresas compradoras que ditam os preços, exigências legais e sanitárias que não levam em consideração a realidade dos agricultores, mercado externo (fim das medidas antidumping), e outras.

Nestes termos, pedimos a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em de maio de 2019.

Dep. Heitor Schuch (PSB/RS)